

A HISTÓRIA DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: ENTRE OS MECANISMOS EXTRATIVISTAS E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Daniel Candioto

OBJETIVO

Este artigo busca compreender como o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil ao longo da história se relaciona com a destruição ambiental, com ênfase nos impactos sobre a Mata Atlântica. A partir da obra *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, de Warren Dean, e de pesquisas de outros autores, a investigação analisa como a industrialização e a exploração intensiva dos recursos naturais impulsionaram esse processo de degradação. Além disso, discute-se se essa destruição foi uma consequência inevitável do crescimento econômico ou se poderia ter sido evitada com estratégias mais sustentáveis. Por fim, o estudo examina alternativas para um desenvolvimento que concilie progresso econômico e preservação ambiental, considerando diferentes perspectivas e soluções que possam contribuir para o enfrentamento da crise climática global.

Palavras-chave: Destruição ambiental, crise climática, extrativismo, industrialização, desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a crescente preocupação com as mudanças climáticas e a degradação ambiental tem levado empresas e governos a repensarem seus modelos de desenvolvimento. Nesse contexto, a adoção de práticas sustentáveis deixou de ser uma tendência para se tornar uma necessidade urgente. A integração dos critérios ESG (Environmental, Social and Governance) tem se consolidado como um dos principais caminhos para equilibrar crescimento econômico e responsabilidade socioambiental, uma vez

que investidores, consumidores e órgãos reguladores passaram a exigir maior transparência e comprometimento das empresas com a sustentabilidade.

No entanto, a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental é historicamente complexa no Brasil. Em *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, Warren Dean apresenta um relato impactante sobre como o avanço econômico, longe de frear a destruição da natureza, intensificou a degradação da Mata Atlântica ao longo dos séculos. Esse padrão se repete em outros biomas, como a Amazônia e o Cerrado, impulsionado por um modelo econômico baseado na exploração de commodities – do pau-Brasil à soja e ao minério de ferro. Assim, surge um questionamento central: a destruição ambiental no Brasil é uma consequência inevitável da industrialização ou um reflexo de um sistema econômico extrativista que privilegia a exploração intensiva dos recursos naturais?

Diante desse cenário, este estudo busca compreender como fatores organizacionais e estratégicos podem contribuir para a transformação digital das empresas e para a adoção efetiva dos princípios ESG. A pesquisa enfatiza o papel da cultura organizacional, da liderança transformacional e da qualificação de profissionais especializados como elementos-chave para a construção de um modelo de gestão mais responsável. Ao analisar essas variáveis, pretende-se identificar boas práticas e estratégias que ajudem as organizações a superar desafios e fortalecer seu compromisso com a sustentabilidade, promovendo um desenvolvimento que respeite os limites ambientais e esteja alinhado às demandas da emergência climática.

2. A Destruição Ambiental e os Mecanismos Extrativistas

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil ao longo dos séculos tem sido marcado por um padrão extrativista que prioriza a exploração intensiva dos recursos

naturais em detrimento da preservação ambiental. Desde a colonização, a economia do país tem sido estruturada com base na extração de bens primários para exportação, como o pau-brasil, a borracha, o ouro e, mais recentemente, a soja, a carne bovina e o minério de ferro (Dean, 1996). Esse modelo, historicamente impulsionado por interesses externos e pela lógica da acumulação de capital, consolidou um ciclo de degradação ambiental que persiste até os dias atuais.

A destruição ambiental no Brasil não pode ser vista apenas como um efeito colateral inevitável do progresso econômico, mas como uma consequência direta da ausência de políticas efetivas para promover um desenvolvimento sustentável. O desmatamento da Amazônia, por exemplo, atingiu 11.594 km² em 2022, um aumento significativo em relação aos anos anteriores, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2022). O avanço da fronteira agrícola e a expansão da mineração são exemplos claros de como a exploração predatória dos biomas nacionais tem sido incentivada por legislações permissivas e pela falta de fiscalização rigorosa (Barretto et al., 2013). Mesmo diante do crescente debate global sobre mudanças climáticas e responsabilidade ambiental, o país ainda enfrenta desafios significativos para conter o desmatamento e garantir a recuperação de áreas degradadas.

Além dos impactos ecológicos, o modelo extrativista gera desigualdades socioeconômicas ao beneficiar grandes corporações em detrimento das populações locais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021), conflitos fundiários no Brasil cresceram 25% nos últimos anos, (relatório de **2021**, a CPT comparou os dados com **2020 e anos anteriores**) especialmente em áreas de expansão da agropecuária e mineração. Comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que tradicionalmente dependem dos recursos naturais para sua subsistência, são frequentemente deslocadas ou têm seus meios de vida comprometidos. Esse contexto reforça a necessidade de uma abordagem que integre

desenvolvimento econômico e justiça social, garantindo que os benefícios da exploração dos recursos sejam distribuídos de maneira mais equitativa e sustentável (Acsegrad, 2004).

A dependência do Brasil de commodities e a vulnerabilidade desse setor às oscilações do mercado internacional também demonstram a fragilidade do modelo econômico baseado no extrativismo. Em 2021, mais de 60% das exportações brasileiras foram de produtos primários, evidenciando a falta de diversificação da economia nacional (CNI, 2021). A ausência de investimentos em inovação e tecnologia para agregar valor aos produtos impede o país de reduzir os impactos ambientais da produção e competir em setores mais sustentáveis. Enquanto países desenvolvidos avançam na transição para uma economia de baixo carbono, o Brasil ainda enfrenta dificuldades para romper com a lógica da exploração desenfreada dos seus recursos naturais.

Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de políticas públicas e estratégias empresariais que incentivem a adoção de práticas sustentáveis. A transformação digital das empresas e a integração dos princípios ESG podem representar um caminho para a construção de um modelo econômico mais equilibrado, no qual a prosperidade financeira não esteja atrelada à degradação ambiental. Para isso, é necessário fortalecer a governança ambiental, promover inovações tecnológicas e estimular uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade, garantindo que o crescimento econômico ocorra em harmonia com a preservação dos recursos naturais (Porter & Kramer, 2011).

3. Industrialização e a Intensificação da Destruição Ambiental

A indústria, embora essencial para o desenvolvimento e consumo de bens e serviços, causa sérios danos ambientais, como contaminação da água, devastação de florestas, poluição do ar, aquecimento global, alteração da fauna e flora e desequilíbrio da cadeia alimentar. As grandes fábricas despejam resíduos tóxicos em rios, poluem o ar com gases prejudiciais à

saúde e contribuem para o aquecimento global. Além disso, a utilização de matérias-primas exige a derrubada de florestas, afetando espécies nativas e desequilibrando ecossistemas. Indústrias de segmentos como têxtil, petroquímico e químico são as maiores responsáveis, liberando excesso de poluentes e efluentes tóxicos. Embora existam avanços em regulação e sustentabilidade, o desafio permanece em equilibrar a produção com a conservação ambiental.

Visto que a relação entre a atividade industrial e o meio ambiente precisa ser equilibrada, é necessário que as empresas coloquem em prática ações para causar impactos ambientais positivos na gestão industrial, como:

- Reciclagem e reuso de produtos;
- Inovação para o desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis;
- Investimento em fontes renováveis e em ações para eficiência energética da indústria;
- Compensação ou redução das emissões de gases de efeito estufa;
- Colaboração para uma cadeia de valor sustentável;
- Diminuição dos efeitos negativos na biodiversidade.

Estas são algumas das frentes de atuação que fazem parte de uma agenda ESG. É a maneira mais completa de transformar a gestão de empresas com foco em melhorias para o meio ambiente e comunidades como um todo. O desenvolvimento sustentável é caracterizado pela busca de meios para suprir as necessidades da sociedade atual sem comprometer as gerações futuras. Trata-se de atitudes pontuais para garantir a produção fabril sem prejuízos para a natureza. Para isso acontecer, é necessário harmonizar as atividades econômicas, produtivas e sociais. Faz parte dessa perspectiva reduzir e trabalhar os impactos da indústria no meio ambiente, poluindo menos, sem eliminar resíduos no meio ambiente. Esse tipo de

movimento é conhecido por diversos nomes, como Indústria Sustentável, Indústria Verde ou ainda Ecologia Industrial.

O primeiro passo para diminuir interferências negativas do setor fabril no meio ambiente é analisar as rotinas de produção para identificar gargalos e oportunidades de melhoria. Por exemplo: você pode elaborar um questionário sobre os processos, a fim de descobrir se há ações voltadas a casos como corrigir desperdícios ou otimizar recursos.

Para facilitar essa missão, uma boa opção é contar com modelos prontos de checklist. Você pode aplicar o Modelo de Checklist para Práticas de ESG para analisar a indústria (ou qualquer outro tipo de negócio) de maneira holística e verificar diversos aspectos ligados à sustentabilidade do negócio.

É possível também contratar sistemas adeptos à gestão industrial, como o Checklist Fácil. O sistema é capaz de analisar impactos da atividade industrial e propor soluções eficazes para, se não eliminar, pelo menos reduzir o problema.

Com ele, criam-se listas de verificação para gerenciar melhor os seus processos e evitar falhas e incidentes que causam danos à natureza. Ou seja, a partir do monitoramento de atividades e da padronização de processos, é possível avaliar pontos de melhoria e aplicar planos de ação para atingir melhores resultados.

Contar com tecnologia é a maneira ideal de erradicar falhas operacionais, erros de preenchimento durante as inspeções e falta de credibilidade na gestão de dados. Consequentemente, o Checklist Fácil também apoia as empresas no pilar de transparência e governança, evidenciando oportunidades de melhorias para diminuir os impactos ambientais. O acesso a dados confiáveis, em tempo real, permite o monitoramento de diferentes departamentos industriais, como produção, manutenção, logística, qualidade e meio ambiente.

Os recursos do software para a realização de registros cumprem os requisitos para que as empresas possam estabelecer controles consistentes nas medições das operações. Algumas empresas, além de ter alcançado resultados de referência digitalizando processos de Saúde e Segurança do Trabalho, produção, recursos humanos, etc., passaram a utilizar a ferramenta para o acompanhamento das emissões de carbono nas diversas atividades e obras.

4. Alternativas ao Modelo Extrativista e Industrial

A persistente dependência dos modelos extrativistas e industriais na América Latina tem gerado impactos ambientais devastadores e um ciclo de exploração que continua a aprofundar a desigualdade social e a degradação ecológica. Esse modelo, enraizado no consumo desenfreado de recursos naturais, impõe uma lógica de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico à custa da sustentabilidade ambiental. Entretanto, é possível reverter essa trajetória, adotando alternativas que integrem a preservação da natureza com o progresso social e econômico, sem perpetuar a destruição dos nossos recursos.

Nos últimos anos, novas formas de desenvolvimento têm sido propostas, buscando uma transição para uma economia que respeite os limites ecológicos e promova um crescimento equilibrado. Entre essas alternativas, destaca-se a agroecologia, um modelo de produção agrícola que integra práticas sustentáveis e respeita os ecossistemas. Ao contrário da agricultura industrial, que se baseia em monoculturas e uso intensivo de químicos, a agroecologia promove a biodiversidade, utiliza técnicas que conservam o solo e os recursos hídricos e fortalece a autonomia das comunidades rurais.

Além da agroecologia, o conceito de serviços ecossistêmicos se apresenta como uma base fundamental para repensar a relação entre natureza e economia. Os serviços ecossistêmicos referem-se aos benefícios que os ecossistemas fornecem à humanidade, como a purificação da água, a polinização de culturas e o controle do clima. Integrar a conservação

desses serviços ao desenvolvimento econômico é uma abordagem que reconhece o valor das funções naturais e as utiliza para promover uma economia que, ao invés de destruir, preserva e utiliza de forma racional e sustentável os recursos naturais.

A importância da integração da conservação da biodiversidade com o desenvolvimento econômico é primordial para a sustentabilidade ecossistêmica.

A reflexão de autores como Capra (2002) e Gorenstein (2004) é crucial para entender essa integração entre conservação e desenvolvimento. Capra, com sua teoria de sistemas, defende que todos os elementos do mundo estão interconectados e qualquer tentativa de ignorar essa interdependência leva à degradação dos sistemas naturais e sociais. No contexto da América Latina, onde o extrativismo tem sido uma constante, essa visão amplia a compreensão de que o crescimento econômico deve ser pensado a partir de um ponto de vista holístico, que considere tanto as necessidades humanas quanto os limites ecológicos.

Por sua vez, Gorenstein critica a lógica de desenvolvimento que desconsidera os limites naturais e prioriza o crescimento econômico a qualquer custo. Ele propõe, assim, uma reflexão sobre como os modelos econômicos podem ser reformulados para incluir a proteção ambiental como um princípio fundamental. A conservação da biodiversidade deve ser vista como parte integrante do desenvolvimento, e não como uma preocupação separada ou um obstáculo ao progresso.

Existem diversas iniciativas, tanto no Brasil quanto no mundo, que servem como exemplos de como é possível alinhar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico sustentável. No Brasil, projetos de reflorestamento, como o da Amazônia, têm buscado restaurar áreas degradadas e promover a recuperação da biodiversidade. Além disso, as Unidades de Conservação, que incluem as Reservas Extrativistas (Resex), as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assim como os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, são exemplos claros de como é possível

estabelecer um equilíbrio entre as necessidades econômicas locais e a conservação ambiental. Essas áreas não apenas preservam ecossistemas essenciais, mas também promovem práticas sustentáveis que garantem a geração de renda para comunidades tradicionais e o desenvolvimento de atividades como o ecoturismo.

Outro exemplo relevante no Brasil é o trabalho de reintrodução de espécies nativas, que ajuda a restaurar ecossistemas que foram afetados pela ação humana. Essas iniciativas não só protegem a biodiversidade, mas também criam novas oportunidades econômicas, como o ecoturismo, que gera empregos e promove o desenvolvimento local.

No contexto global, iniciativas como o projeto de reflorestamento na Indonésia, que visa restaurar a floresta tropical e proteger os habitats da biodiversidade, ou o projeto Yasuní no Equador, que propôs a não exploração de petróleo na região amazônica em troca de compensações financeiras internacionais, são exemplos de como a conservação pode ser integrada ao desenvolvimento. Em ambos os casos, há um esforço conjunto para criar uma economia mais sustentável, que respeite tanto os ecossistemas quanto as necessidades sociais das populações locais.

Esses exemplos demonstram que é possível desenvolver práticas que não só mitigam os impactos negativos do modelo extrativista, mas que oferecem alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável, promovendo uma convivência harmônica com a natureza. O desafio é continuar ampliando e aperfeiçoando essas práticas, criando um modelo de desenvolvimento que realmente respeite os limites da Terra e garanta um futuro sustentável para as próximas gerações.

Para enriquecer essa discussão sobre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, destaca-se a obra de Pérez Jiménez e Cabrera Hidalgo (2022), que aborda a proteção de espécies tropicais ameaçadas de extinção. Os autores alertam para o impacto negativo que a destruição dos habitats naturais tem causado, principalmente devido à

expansão agrícola, ao desmatamento e ao crescimento desordenado das cidades. Essa crítica está alinhada com a discussão apresentada ao longo do texto, que aponta o modelo extrativista e industrial como fator de degradação ambiental e social.

Os autores ressaltam que "a degradação dos habitats naturais, impulsionada pela expansão agrícola, pela exploração madeireira e pelo crescimento urbano desordenado, tem acelerado o declínio das espécies tropicais" (PÉREZ JIMÉNEZ; CABRERA HIDALGO, 2022, p. 87). Esse ponto converge com a crítica ao modelo extrativista e industrial abordada no texto, que aponta como a exploração predatória dos recursos naturais tem comprometido a biodiversidade e agravado os impactos socioambientais.

Eles destacam que "a conservação da fauna ameaçada deve ser incorporada às políticas de desenvolvimento sustentável, por meio de Unidades de Conservação e estratégias de manejo integrado". Isso reforça a importância dos Parques Nacionais, Estaduais, Municipais, Reservas Extrativistas e outras áreas protegidas, que têm um papel essencial na proteção do meio ambiente e no incentivo a práticas sustentáveis que beneficiam tanto a natureza quanto as comunidades locais.

Outro ponto relevante é a necessidade de agir para evitar a perda de biodiversidade. Iniciativas como a reintrodução de espécies e projetos de reflorestamento são fundamentais para recuperar ecossistemas degradados. Essas práticas já são aplicadas como exemplos de desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo, embora ainda sejam pouco significativas diante da demanda urgente. Além disso, Pérez Jiménez e Cabrera Hidalgo mostram que essas ações podem gerar benefícios econômicos, como a valorização do ecoturismo e dos serviços ecossistêmicos, criando novas oportunidades de renda para muitas pessoas.

Portanto, proteger a biodiversidade não deve ser visto como um entrave ao desenvolvimento econômico. Pelo contrário, integrar a preservação ambiental às estratégias

econômicas é uma forma inteligente e necessária de garantir um futuro sustentável para todos.

5. A Emergência Climática e a Sustentabilidade no Brasil

A emergência climática se tornou uma questão urgente, impactando diretamente a saúde humana, a qualidade da água, a produção de alimentos e a biodiversidade. A crise climática global exige ações imediatas e eficazes para mitigar o aquecimento global e os impactos relacionados. O Brasil, apesar de sua responsabilidade histórica menor em relação às emissões de gases de efeito estufa, desempenha um papel crucial nessa crise devido à destruição ambiental, como o desmatamento e a mudança no uso da terra. Essas práticas não só agravam o aquecimento global, como também afastam o país das metas internacionais acordadas para combater a crise climática, como aquelas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

O Brasil, embora tenha sido historicamente responsável por uma menor parte das emissões globais, tem contribuído significativamente para a crise atual devido ao desmatamento e ao uso insustentável de recursos naturais. A destruição de florestas e a conversão de terras para a agricultura e pecuária resultam em um aumento expressivo das emissões de gases de efeito estufa, principalmente dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), que intensificam o efeito estufa. A concentração recorde de gases de efeito estufa na atmosfera, como mostrado pelos relatórios do IPCC, já resultou em uma temperatura média global 1,1°C acima dos níveis pré-industriais, e se as emissões não forem reduzidas, pode-se chegar a 1,5°C até 2030, causando danos irreversíveis. Isso implica em secas prolongadas, inundações, incêndios florestais, aumento do nível do mar e derretimento das geleiras, com impactos devastadores sobre a biodiversidade, saúde pública e segurança alimentar, especialmente para países vulneráveis, como o Brasil.

A relação entre as escolhas de desenvolvimento e a emergência climática é evidente. As escolhas feitas ao longo do tempo, como a dependência de combustíveis fósseis e a expansão agrícola sem compromisso com a sustentabilidade, exacerbam o aquecimento global e a degradação ambiental. Em regiões como a Amazônia, o uso insustentável da terra e o desmatamento acelerado têm gerado uma crescente liberação de carbono para a atmosfera, intensificando a crise climática. Além disso, as comunidades mais vulneráveis, como pequenos agricultores e populações do campo, estão diretamente expostas aos impactos climáticos, como secas, chuvas irregulares e a escassez de alimentos. Esses fatores não só prejudicam a qualidade de vida, mas também comprometem a segurança alimentar e hídrica de milhões de brasileiros.

A exploração ambiental no Brasil não é um fenômeno recente. Historicamente, a destruição da Mata Atlântica já representava um reflexo da lógica econômica baseada na extração de recursos naturais sem preocupação com a sustentabilidade. A expansão da agricultura e pecuária ao longo dos séculos seguiu um padrão semelhante ao que ocorre hoje na Amazônia, onde vastas áreas de floresta são convertidas em pastagens e monoculturas, resultando na perda irreversível da biodiversidade e no aumento das emissões de gases de efeito estufa. Essa destruição sistemática dos biomas demonstra como o modelo de exploração econômica do Brasil sempre esteve vinculado ao desmatamento e à degradação dos ecossistemas.

A Mata Atlântica, que já cobriu grande parte do território brasileiro, hoje está reduzida a fragmentos, resultado de séculos de desmatamento para a produção de commodities. Esse mesmo padrão ameaça a Amazônia, tornando essencial uma mudança de perspectiva sobre o uso da terra e a conservação ambiental. O impacto dessa degradação não se limita apenas à flora e fauna, mas também interfere diretamente na regulação climática, na

disponibilidade de água e na qualidade do solo, fatores que comprometem a resiliência do país diante das mudanças climáticas.

Apesar das dificuldades, há possibilidades de integrar práticas ambientais sustentáveis ao crescimento econômico, especialmente em um contexto onde as necessidades de consumo e commodities aumentam. Muitas comunidades no Brasil já adotam práticas agrícolas sustentáveis, como o cultivo agroecológico e a recuperação de áreas degradadas, que podem ser ampliadas e valorizadas. A transição energética também é um caminho viável para mitigar as emissões. A energia solar e eólica, por exemplo, está crescendo globalmente, e o Brasil tem um grande potencial para expandir suas capacidades nessas áreas. A adoção de soluções baseadas na natureza, como a restauração de ecossistemas naturais, pode contribuir significativamente para a mitigação das emissões, com estimativas de que essas ações possam gerar trilhões de dólares em receitas e criar milhões de empregos anualmente. A recuperação verde pós-COVID-19 também pode ajudar a reduzir as emissões globais, aproximando o mundo da meta de limitar o aquecimento a 2°C.

No entanto, para que esse equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade seja alcançado, é necessário que políticas públicas eficazes sejam implementadas. O país precisa reavaliar suas prioridades de desenvolvimento, levando em conta que o modelo atual de exploração dos recursos naturais não é sustentável a longo prazo. A transição para uma economia de baixo carbono, com políticas públicas de incentivo às energias renováveis e à economia circular, é fundamental para garantir que o crescimento econômico não aconteça às custas do meio ambiente.

As mudanças climáticas também têm um impacto profundo na saúde humana, com a OMS projetando até 300 mil mortes anuais até 2030 devido aos impactos climáticos, como calor extremo, secas e desastres naturais. Além disso, a mudança climática está diretamente associada à propagação de doenças infecciosas, como dengue, malária, leptospirose e

chikungunya, que são mais prevalentes em áreas com baixa infraestrutura de saneamento básico. A perda de biodiversidade e o desmatamento também contribuem para o surgimento de novas doenças e até mesmo novas pandemias, como evidenciado pela pandemia de COVID-19. O aumento da temperatura global pode favorecer a proliferação de doenças tropicais em regiões onde antes não havia incidência, colocando em risco a saúde pública e aumentando a pressão sobre os sistemas de saúde, que não estão preparados para lidar com esses novos desafios.

O impacto socioeconômico das mudanças climáticas é grave. Os eventos climáticos extremos, como incêndios florestais, secas e inundações, não só afetam a segurança alimentar e a disponibilidade de água, mas também geram deslocamentos forçados de populações vulneráveis. O Brasil, com sua grande biodiversidade e recursos naturais, tem a responsabilidade de promover políticas de adaptação climática que ajudem a proteger as comunidades vulneráveis e as infraestruturas críticas. Investir em sistemas de alerta precoce e em tecnologias verdes pode reduzir significativamente os danos e salvar vidas.

Em resumo, para que o Brasil desempenhe um papel efetivo na mitigação da crise climática, será necessário um compromisso sólido e ações concretas para integrar sustentabilidade e crescimento econômico, equilibrando as demandas por mais consumo e commodities com a necessidade de limitar as emissões e restaurar ecossistemas naturais. A transição energética, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e a implementação de políticas públicas eficazes são essenciais para garantir um futuro mais sustentável para o país e para o planeta. O Brasil, com suas vastas riquezas naturais e diversidade cultural, tem o potencial de ser um líder global na luta contra as mudanças climáticas, desde que adote medidas rápidas e radicais para enfrentar a emergência climática atual.

6. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando fontes reconhecidas nacional e internacionalmente sobre mudanças climáticas, desmatamento e sustentabilidade no Brasil. Para isso, foram analisados relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), dados de órgãos ambientais, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), além de estudos acadêmicos e artigos científicos publicados em revistas especializadas.

A abordagem adotada foi exploratória e descritiva, visando compreender a relação entre o modelo de desenvolvimento do Brasil e os impactos ambientais causados pelo uso insustentável dos recursos naturais. A pesquisa buscou identificar padrões históricos de desmatamento e suas consequências para o clima, bem como avaliar possíveis soluções para mitigar os danos ambientais.

Dessa forma, a metodologia utilizada permitiu uma análise crítica baseada em dados já existentes, contribuindo para um entendimento aprofundado da crise climática no Brasil e das estratégias necessárias para enfrentá-la.

7. Conclusão

Em síntese, o Brasil enfrenta um momento decisivo em relação à crise climática, cujas consequências já são visíveis e ameaçam não apenas o meio ambiente, mas também a saúde pública, a segurança alimentar e a estabilidade econômica. Com uma contribuição significativa para as emissões globais de gases de efeito estufa, na maioria devido ao desmatamento e ao uso insustentável dos recursos naturais, o país ocupa uma posição central nas discussões sobre a mitigação dos impactos do aquecimento global. Conforme o relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), as emissões de carbono

geradas pela destruição da Amazônia contribuem com aproximadamente 30% das emissões totais do Brasil, o que reforça a urgência de se adotar políticas de preservação mais eficazes.

No entanto, apesar do cenário desafiador, existem estratégias comprovadas que podem não só mitigar os danos ambientais, mas também promover um desenvolvimento econômico sustentável. A restauração ecológica, por exemplo, tem se mostrado uma ferramenta valiosa, com estimativas apontando que ações de reflorestamento podem sequestrar até 30% das emissões de carbono necessárias para evitar o aumento de temperatura superior a 1,5°C até o final do século. Além disso, iniciativas como a recuperação de áreas degradadas e a promoção do ecoturismo têm demonstrado seu potencial de gerar novas fontes de renda e empregos, contribuindo para o fortalecimento da economia local e regional.

O Brasil possui um enorme potencial para liderar a transição energética global, considerando seu vasto território e os recursos naturais renováveis. A expansão da energia solar e eólica, por exemplo, pode representar uma oportunidade de desenvolvimento econômico sustentável, já que o Brasil ocupa a 9ª posição no mundo em termos de capacidade instalada de energia eólica e tem condições para ampliar essa produção. Ao investir em tecnologias limpas e em práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e o uso de sistemas agroflorestais, o país pode reduzir suas emissões, aumentar a produtividade sem comprometer o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantir a segurança alimentar.

Portanto, para que o Brasil desempenhe um papel ativo na mitigação da crise climática e na construção de um futuro mais sustentável, é imperativo adotar uma abordagem integrada que combine políticas públicas robustas, inovações tecnológicas e o engajamento da sociedade civil. Isso inclui não apenas a adoção de energias renováveis e a preservação dos biomas, mas também a criação de um modelo de desenvolvimento que respeite os limites do planeta, respeitando as necessidades sociais e econômicas das populações mais vulneráveis. A transformação necessária exige esforços conjuntos e um compromisso sólido

com a construção de um futuro que garanta o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, fundamental para assegurar a sustentabilidade do Brasil e do planeta nas próximas gerações.

Referências Bibliográficas

Livros:

BINSWANGER, H. C. *Crescimento econômico e crise ecológica: limites da economia convencional*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

GORENSTEIN, Silvia. *Desenvolvimento e sustentabilidade: desafios para um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

PÉREZ JIMÉNEZ, Carlos; CABRERA HIDALGO, Luis. *Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável: desafios e perspectivas na América Latina*. Quito: Ediciones EcoSustentável, 2022.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Artigos e relatórios acadêmicos:

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental e construção social do risco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BARRETTO, G.; BERNDES, G.; SPAROVEK, G.; WIRSENIUS, S. Agricultural intensification in Brazil and its effects on land-use patterns: An analysis of the 1970–2006 period. *Global Change Biology*, v. 19, n. 6, p. 1804-1815, 2013.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. *Harvard Business Review*, v. 89, n. 1, p. 62-77, 2011.

Relatórios institucionais e documentos governamentais:

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Perfil da indústria brasileira:*

exportações e estrutura produtiva. Brasília: CNI, 2021. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 9 mar. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo Brasil 2021*. CPT

Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Monitoramento do*

desmatamento na Amazônia Legal por satélite. São José dos Campos: INPE, 2022.

Disponível em: <https://www.inpe.br>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Fontes Online:

EL PAÍS. Sabrina Fernandes, socióloga: "Hay que retomar la utopía, que ser radical sea un elogio". Disponível em: <https://elpais.com>. Acesso em: 06 mar. 2025.

EL PAÍS. Eduardo Brondízio, premio Tyler a los logros medioambientales: "No se podrá enfrentar ningún problema ambiental sin mirar lo social". Disponível em:

<https://elpais.com>. Acesso em: 06 mar. 2025.

EL PAÍS. Devastando más... la Amazonia. Disponível em: <https://elpais.com>. Acesso em: 06 mar. 2025.

FIOCRUZ. *Mudanças climáticas*. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/mudancas-climaticas>. Acesso em: 07 mar. 2025.

FIOCRUZ. *Emergência climática explodiu todos os recordes em 2023, alerta agência*.

Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=emergencia-climatica-explodiu-todos-os-recordes-em-2023-alerta-agencia>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UNEP. *Fatos sobre emergência climática*. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/explore-topics/climate-change/fatos-sobre-emergencia-climatica>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UFSM. *Mudanças climáticas e a saúde humana*. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/midias/arco/mudancas-climaticas-e-a-saude-humana>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SILVA, Daniel Neves. *Revolução Industrial: o que foi, resumo, fases*. Brasil Escola.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm>.

Acesso em: 11 mar. 2025.